



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Piumhi**

Rua Severo Veloso, 1880 - Bairro BELA VISTA - CEP 37925-000 - Piumhi - MG
(37) 3371-3353 - www.ifmg.edu.br

EDITAL 326/2025

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AFASTAMENTO DE DOCENTES PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* OU PÓS-DOUTORADO IFMG - *CAMPUS PIUMHI*.

O DIRETOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA MINAS GERAIS *CAMPUS AVANÇADO PIUMHI*, reconduzido ao cargo pela Portaria IFMG N° 1.195, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023, publicada no DOU de 16 de outubro de 2023, Seção 2, pág. 23, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria IFMG no 475 de 06 de abril de 2016, publicada no DOU de 15 de abril de 2016, seção 2, pág.17, retificada pela Portaria IFMG no 805, de 04 de julho de 2016, publicada no DOU de 06 de julho de 2016, Seção 2, pág. 22 e pela Portaria IFMG no 1078, de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 04 de outubro de 2016, Seção 2, pág. 20; torna pública a abertura do Processo de Classificação para Afastamento de Docentes para participar em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu ou Pós-Doutorado, observadas as normas estabelecidas neste Edital, nos termos da Portaria IFMG nº 558/2021.

1. OBJETIVO GERAL

O presente edital objetiva classificar servidores docentes interessados em se afastar temporariamente das atividades do IFMG – *Campus Piumhi* para realização de cursos em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e/ou Pós-Doutorado.

2. REQUISITOS

Para estar apto a participar deste edital, o servidor docente deve atender aos requisitos previstos na legislação vigente e aos seguintes critérios:

1. ser docente lotado e em efetivo exercício no IFMG;
2. possuir currículo na Plataforma Lattes atualizado há, no mínimo, 30 (trinta) dias;
3. Não poderá ser concedida liberação para programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e de Estágio Pós-Doutoral quando se tratar de servidor docente que esteja respondendo a procedimento disciplinar ou que já se encontre em afastamento legal.
4. não ter se afastado anteriormente para participar de curso do mesmo nível de pós-graduação *stricto sensu*.

5. Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento. Lei 8.112/1990, artigo 96-A § 3º.

3. DAS VAGAS E DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. Está disponibilizada 01 vaga para afastamento das atividades a partir do segundo semestre de 2025.

3.2 O afastamento integral das atividades docentes só poderá ser concedido quando a ação de desenvolvimento estiver prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) do IFMG e quando o horário e/ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizar o cumprimento das atividades previstas ou a jornada semanal de trabalho do servidor.

3.3 O afastamento poderá ser concedido ao servidor docente de acordo com os seguintes prazos:

- I. até 24 (vinte e quatro) meses para cursos de Mestrado;
- II. até 48 (quarenta e oito) meses para cursos de Doutorado;
- III. de 12 (doze) meses para Pós-Doutorado.

Parágrafo Único. O estabelecimento dos prazos das alíneas I e II do caput deste artigo deve ser realizado com base no quantitativo de servidores docentes interessados no afastamento, de acordo com a seguinte distribuição:

- I. em 50% (cinquenta por cento) do tempo máximo previsto quando a relação entre possíveis candidatos e o número de vagas disponíveis for superior a 3 (três);
- II. em 75% (setenta e cinco por cento) do tempo máximo previsto quando a relação entre possíveis candidatos e o número de vagas disponíveis for igual ou inferior a 3 (três) e superior a 2 (dois);
- III. em 100% (cem por cento) do tempo máximo previsto quando a relação entre possíveis candidatos e o número de vagas disponíveis for igual ou inferior a 2 (dois).

4. DA DATA DE INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições estarão abertas no período de 24/03/2025 a 23/05/2025.

5. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

5.1 O servidor docente interessado em participar deste edital deve seguir o seguinte fluxo de ações.

- I. abrir processo no SEI: Pessoal: Afastamento de servidor para Programa *Stricto-Sensu* no País **ou** Pessoal: Afastamento de servidor para Programa *Stricto-Sensu* no Exterior (dependendo do caso); no campo “Especificação”, colocar o seu nome para facilitar a identificação do processo;

II. iniciado o processo, inserir o Formulário Afastamento Pós-graduação *Stricto Sensu* (documento do SEI), devidamente preenchido e assinado pelo servidor e chefia; preenchendo obrigatoriamente o campo Observações com a **justificativa** do afastamento e declarando a incompatibilidade de horário, podendo ser incluído documento complementar para a justificativa.

III. inserir o documento SEI: Termo de Compromisso e Responsabilidade – Afastamento Integral para Pós-Graduação, devidamente preenchido e assinado;

IV. solicitar ao(s) setor(es) de Ensino, Pesquisa e Extensão a emissão de declaração de carga horária e horário de trabalho do servidor docente, indicando a viabilidade da substituição em caso de afastamento que deverá estar inserida no mesmo processo SEI gerado;

V. solicitar ao Setor de Gestão de Pessoas a inclusão de declaração que ateste o item 4, § 1º do art. 11 da Portaria 558/2021 e o tempo de efetivo exercício do servidor docente habilitado a participar do processo que deverá estar inserida no mesmo processo SEI gerado;

VI. inserir como documento externo (.pdf), quando matriculado, declaração de matrícula no programa com previsão de término do curso ou quando em processo seletivo não finalizado, comprovante de inscrição no processo.

VII. inserir como documento externo (.pdf) o barema presente neste Edital devidamente preenchido e assinado.

VIII. inserir como documento externo (.pdf) a Declaração da Corregedoria-Geral IFMG de que o servidor não responde a processo administrativo disciplinar. -

IX. inserir como documento externo (.pdf) cópia do trecho do PDP (Plano de Desenvolvimento de Pessoas) do IFMG do ano de início do afastamento, onde está indicada aquela necessidade de desenvolvimento.

X. inserir como documento externo (.pdf) currículo atualizado do servidor extraído do Banco de Talentos (SouGov); (IN nº 21 de 01/02/21).

XI. Após a inserção no processo de todos os itens anteriores, o servidor deve enviar o processo para a sua unidade da Direção de Ensino (CAPI-DE), para a Comissão Permanente de Pessoal Docente local - CPPD (CAPI-CPPD) e para a unidade da Comissão de Afastamento Docente no SEI (CAPI-AI.GP) até o término das inscrições deste edital.

XII. A Direção de Ensino deverá reunir a área para avaliar a possibilidade de liberá-lo para o afastamento, indicar se há a necessidade de professor substituto, de acordo com os critérios institucionais, e atestar se o projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo candidato está alinhado à sua área de atuação, **inserindo no processo a Ata com a decisão proferida**;

XIII. A Comissão Permanente de Pessoal Docente local deverá se reunir para avaliar a pertinência dos pedidos de afastamento e a necessidade de contratação de docente substituta(o) e inserir no SEI, em cada processo de solicitação, **a Ata com a decisão proferida**;

XIV. Após a inserção das atas previstas nos incisos XII e XIII do item 5.1, o docente deve enviar o processo para análise da Direção Geral do *Campus* Piumhi (CAPI-IFMG). A Direção do *Campus* deverá avaliar a possibilidade de liberação do servidor docente solicitante e da contratação de professor substituto, emitindo parecer.

XV. Somente as solicitações que obtiverem aprovação nos incisos XII, XIII e XIV do item 5.1 estarão aptas a concorrer às vagas disponíveis neste Edital.

XVI. O servidor docente após conferir que todos os documentos de responsabilidade da Área Acadêmica, CPPD e Diretor Geral foram emitidos em seu processo de afastamento deverá adicionar **um despacho** direcionado à unidade SEI da Comissão de Afastamento Docente (CAPI-AI.GP), atestando o cumprimento dos incisos XII, XIII e XIV do item 5.1. A Comissão de Afastamento Docente deverá se reunir para compilar os resultados dos(b)as candidatos(as) aprovados(as) e publicar o resultado final conforme previsto no Edital e posteriormente encaminhar os processos aprovados para o Conselho Acadêmico do *Campus*.

XVII. O Conselho Acadêmico do *Campus* analisará a documentação e deliberará sobre os pedidos, ratificando ou não a classificação efetuada pela Comissão de Afastamento Docente, anexando a Ata da reunião ao processo.

XVIII. Após deliberações do Conselho Acadêmico, o processo deverá ser enviado para Comissão de Afastamento Docente (CAPI-AI.GP) para providências.

5.1.1 Nos casos em que a necessidade de desenvolvimento ainda estiver pendente de aprovação no SIPEC (aprovação inicial ou ciclo de revisão) a comissão de afastamento poderá deferir parcialmente a solicitação. A vigência da portaria fica condicionada à aprovação da necessidade de desenvolvimento no PDP.

6. DA AVALIAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES

6.1 A avaliação das solicitações ficará a cargo da Comissão de Afastamento Docente, e será feita mediante validação das pontuações obtidas no Barema a seguir.

Quadro I - Barema

Critérios de Avaliação	Pontuação indicada	Pontuação obtida
1. Tempo de Exercício no IFMG - no Campus Piumhi	3,0 pontos por semestre, sem limite de pontuação	
2. Regime de Trabalho em Dedicação Exclusiva	5,0 pontos.	
3. Tempo de matrícula no curso de Pós-Graduação	5,0 pontos por semestre já cursado	
4. Pontuação do programa de pós-graduação de acordo com a avaliação da CAPES	Nota 3: 3 pontos; Nota 4: 5 pontos; Nota 5: 7 pontos; Nota 6: 9 pontos; Nota 7: 11 pontos.	
5.1 Planilha RAD do IFMG nos três semestres anteriores ao da solicitação.	5.1.1 Será somada a pontuação obtida nos três semestres de atuação do docente no IFMG que antecedem o semestre em que foi feita a solicitação de afastamento, conforme a planilha RAD. Caso o docente atue no Campus há menos de três semestres no momento da solicitação de afastamento, ele só fará jus à pontuação obtida na planilha de atividade docente por um ou dois semestres de atuação, conforme for o caso. O valor está limitado a 120,0 (cento e vinte) pontos.	
5.2 Titulação pretendida	5.2.1 Mestrado. Comprovante de matrícula ou comprovante de aprovação ou comprovante de inscrição no programa de pós-graduação: 20 Pontos; 5.2.2 Doutorado. Comprovante de matrícula ou comprovante de aprovação no programa de pós-graduação ou comprovante de inscrição: 10 Pontos; 5.2.3 Pós-Doutorado. Comprovante de matrícula ou comprovante de aprovação no programa de pós-graduação ou comprovante de inscrição: 5 Pontos.	

6.2 O docente que pleiteia afastamento para cursos de Pós-Doutorado não faz jus ao critério referente ao item 3.

6.3 Para atender ao critério do item 4, a pontuação do programa de pós-graduação de universidade estrangeira, será atribuída pela Comissão de Afastamento Docente, levando-se em conta os critérios de qualidade da Universidade e os parâmetros do critério em questão, podendo solicitar apoio da ARINTER.

7- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

7.1 Em caso de empate serão utilizados os seguintes critério para desempate:

1. Docentes que possuam menor titulação terão prioridade sobre aqueles que possuem maior titulação;
2. Docentes que solicitarem menor tempo de afastamento terão prioridade sobre aqueles que solicitarem tempo completo;
3. Docentes que não usufruíram de afastamento terão prioridade sobre aqueles que já usufruíram;
4. Docentes que já usufruíram de afastamento há mais tempo terão prioridade sobre aqueles que se afastaram há menos tempo;
5. Docentes que já estão em curso terão prioridade sobre aqueles que ainda não estão cursando;
6. Docentes com maior tempo de efetivo exercício como Professor do EBTT no IFMG terão prioridade sobre aqueles com menor tempo de efetivo exercício;
7. Docentes com maior idade terão prioridade sobre aqueles de menor idade.

8. DA PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO:

8.1 O servidor docente que estiver usufruindo do afastamento e solicitar prorrogação do prazo será classificado na lista de espera do edital vigente e só terá seu pedido atendido se houver mais vagas disponíveis que candidatos ao afastamento.

8.2 Caso haja mais de um interessado na prorrogação do afastamento, os mesmos critérios de desempate previstos no item 7 deverão ser utilizados.

9. DO RESULTADO

9.1 Os procedimentos da Comissão de Afastamento Docente constarão em Ata assinada pelos membros presentes na reunião de avaliação, sendo necessária a presença mínima de metade dos membros para análise dos processos.

9.2 Deverá ser publicado no portal do *Campus*, o resultado Final do Processo Seletivo e a lista de servidores afastados (participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* ou licença para capacitação), com o prazo concedido.

9.3 A Comissão deverá emitir Resultado Final das solicitações de afastamento, o qual:

1. Sendo deferido, deve ser encaminhado ao Conselho Acadêmico para deliberação, conforme inciso XVII do item 5.1 deste edital.
2. Sendo indeferido, deve ser encaminhado ao servidor para ciência.

9.4 Após deferimento do Conselho Acadêmico do *Campus*, a comissão encaminhará o processo à unidade de Gestão de Pessoas (CAPI-AI.GP) para os respectivos trâmites e envio à Reitoria para emissão da portaria de concessão do afastamento,

9.5 Sendo indeferido pelo Conselho Acadêmico do *Campus*, o processo será encaminhado ao servidor para ciência e arquivado.

10. DO RECURSO

10.1 Caberá pedido de reconsideração do resultado emitido pela Comissão de Afastamento Docente conforme prazos apresentados no Cronograma deste edital.

10.2 Após o pedido de reconsideração, mantendo-se o indeferimento, caberá recurso ao Conselho Acadêmico do *Campus* conforme prazos apresentados no Cronograma deste edital.

10.3 A decisão emitida pelo Conselho Acadêmico será conclusiva e irrecorrível.

10.4 Não será permitido o acesso ao processo de inscrição dos servidores concorrentes.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 No caso de ser concedido o afastamento com a contratação de professor substituto, o servidor docente efetivo só poderá se afastar após concluída a seleção e entrada em exercício do Professor substituto.

11.2 O servidor deverá comprovar a participação efetiva na ação que gerou seu afastamento, no prazo de até trinta dias da data de retorno às atividades, devendo apresentar:

1. certificado ou documento equivalente que comprove a participação;
2. relatório de atividades desenvolvidas; e
3. cópia de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral com assinatura do orientador, quando for o caso.
4. (Art. 6º da Portaria nº 558 de 2021). O servidor docente afastado, no âmbito deste Regulamento, deverá enviar ao setor de gestão de pessoas do *Campus* de lotação um relatório semestral de suas atividades de capacitação.

11.3 Casos omissos serão deliberados no âmbito do Conselho Acadêmico do *Campus*.

11.4 Cronograma:

24/03/2025 a 23/05/2025	Período de inscrições.
até 30/05/2025	Direção de Ensino deverá reunir a área para avaliar a possibilidade de liberá-lo para o afastamento.
até 30/05/2025	A Comissão Permanente de Pessoal Docente local deverá se reunir para avaliar a pertinência dos pedidos de afastamento e a necessidade de contratação de docente substituta(o).
até 06/06/2025	O docente deve enviar o processo para análise da Direção Geral do <i>Campus</i> Avançado Piumhi (CAPI-IFMG)

até 13/06/2025	Emissão do parecer pela Direção Geral do Campus.
até 14/06/2025	Candidato anexar o despacho no processo.
até 20/06/2025	Reunião da Comissão de Afastamento Docente para compilar os resultados dos bares dos(as) candidatos(as) aprovados(as) e publicar o resultado final.
1 dia útil após a publicação do resultado final	Recurso: Pedido de reconsideração do resultado emitido pela Comissão de Afastamento Docente.
1 dia útil após o prazo para recurso	Resultado do pedido de reconsideração do resultado emitido pela Comissão de Afastamento Docente.
1 dia útil após a divulgação da análise do(s) recurso(s)	Recurso ao Conselho Acadêmico do campus.
até 10 dias após o resultado da análise do(s) recurso(s) pela Comissão de Afastamento	O Conselho Acadêmico do campus analisará a documentação e deliberará sobre os pedidos, ratificando ou não a classificação efetuada pela Comissão de Afastamento, anexando a ata da reunião ao processo.

Piumhi, 20 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Coelho de Melo, Diretor(a) - Campus Piumhi**, em 20/03/2025, às 20:12, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2238714** e o código CRC **90B04AB0**.

23715.000212/2025-01

2238714v1